

# O verde das matas, mal-explorado e ameaçado

Mais um projeto de lei polêmico prevê a redução das áreas de preservação ambiental nas propriedades rurais e na Amazônia

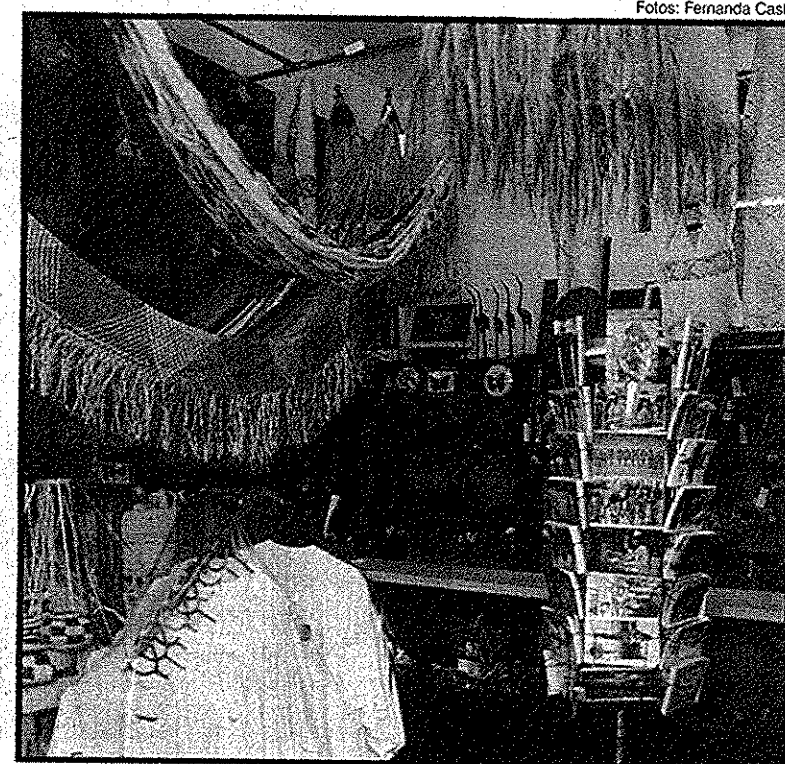
Regina Scharf  
de São Paulo

**A** maior parte da agropecuária brasileira baseia-se em espécies exóticas. A cana-de-açúcar vem da Nova Guiné; o café é etíope; o arroz, filipino; o trigo, asiático, e a soja e a laranja vieram da China. A silvicultura depende de eucaliptos australianos e pinheiros da América Central. O gado é indiano e os cavalos da Ásia Central, sem contar as carpas chinesas e as tilápias africanas.

Enquanto tais culturas ganhavam terreno, o País ia eliminando as possibilidades de explorar suas próprias variedades. Cerca de 10% das florestas na Amazônia Oriental foram convertidos em pasto na expansão das fronteiras agrícolas promovida entre 1960 e 1990. Segundo o Mapa de Matas e Campos do Brasil, de Gonzaga de Campos, publicado em 1911, a Paraíba tinha 36,53% de Mata Atlântica original. Doze anos depois, a Inspetoria de Obras contra as Secas concluía que a porcentagem tinha baixado para 0,82%, como relata a ambientalista Teresa Urban em seu livro Saudades do Matão. A intensa atividade agrícola, a exploração madeireira e a ocupação urbana atingiram primeiro a costa do Nordeste, ainda nos tempos da colonização, mas acabou se espalhando por todo o território.

Já em 1920, o presidente Epitácio Pessoa afirmava que "quem viaja pelo interior do Brasil não pode deixar de sentir-se revoltado com as devastações que observa em toda parte e então reclama medidas severas de repressão. Dos países cultos, dotados de matas e florestas, o Brasil é, talvez, o único que não possui um Código Florestal".

Ainda levaria mais 14 anos para que o Código Florestal brasileiro fosse aprovado e se transformasse numa das primeiras leis ambientais brasileiras. O texto criava, inclusive,



Fotos: Fernanda Castro

Enquanto aparece no horizonte a ameaça de redução das áreas de preservação da Amazônia, dos atuais 80% para 50%, mais programas apóiam os índios em suas atividades econômicas.

a figura da reserva legal — um quarto das propriedades deveriam conservar sua vegetação intocada —, que nunca foi respeitada. O tema volta à baila agora com a tramitação de um polêmico projeto de lei que dispensa propriedades rurais com menos de 20 hectares de manterem uma reserva. O texto, a ser votado neste mês, prevê também uma redução da área a ser preservada na Amazônia dos atuais 80% para 50% do terreno. No cerrado a diminuição seria de 50% para 20%.

As críticas de Epitácio Pessoa são contemporâneas do nascimento do ambientalismo nacional. Em 1915, o advogado e jornalista, Alberto Torres, republicano e abolicionista, clamava contra o homem "esbanjador aventureiro das riquezas naturais da Terra". Seus escritos inspiraram uma legião de seguidores que, nas décadas seguintes, abriram cerca de

mil escritórios da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, disposta a promover o uso racional dos recursos naturais. Embora ela seja pouco conhecida hoje, gerou milhares de descendentes. Levantamento feito em 1996 pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a organização não-governamental catarinense Mater Natura dava conta da existência de quase 2 mil entidades ambientalistas em atividade no País.

Nascidas do desejo de protestar, muitas delas acabaram se empenhando na valorização econômica dos ecossistemas nacionais — desde que isso não comprometa sua sobrevivência. É o caso do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, que desde 1992 desenvolve um projeto

piloto em Paragominas (PA) para avaliar e comparar os custos e benefícios da exploração manejada versus exploração não-manejada. Desde então, madeiras da região têm feito sucessivas visitas à propriedade para aprender a produzir da forma mais inteligente possível.

Outro bom exemplo é a ONG Amigos da Terra, cuja página na Internet ([www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)) ajuda a comercializar produtos amazônicos. Hoje, quem quiser comprar jarinã — semente de uma palmeira capaz de substituir o marfim na confecção de botões e artesanato — pode encontrar um fornecedor nos fundos da floresta via Internet. É o caso do Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado (Paca), de Juína, no Mato Grosso, que ofere-

ce 5 toneladas de urucum para tinteira a R\$ 1 o quilo. Ele envolve 200 famílias que estão tentando recuperar 500 hectares degradados com o plantio consorciado de café, pupunha, guaraná, urucum, seringueira, castanheira e essências florestais da Amazônia.

Projetos semelhantes ao Paca, mais ou menos bem sucedidos, têm se multiplicado na região. Só no Acre, 20 mil famílias vivem do extrativismo. Couro vegetal produzido com borracha extraída por índios Kaxinauá, também acreanos, vai para Paris, onde é transformado em bolsas e pastas de luxo da Maison Hermès.

Tais experiências estão sendo disseminadas rapidamente e não se limitam mais ao Norte do País apenas. Formada por descendentes de quilombolas, a Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia,

no sul do estado de São Paulo, aprendeu a manejar e engordar o molusco em cercados. O seu principal objetivo é o de conseguir manter sua população constante, e construiu uma estação de depuração capaz de limpar pelo menos 40 mil dúzias mensais.

Muitos desses projetos estão sendo patrocinados pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, iniciado em 1995 com recursos dos países ricos e um orçamento total da ordem de US\$ 350 milhões. Sob seu guarda-chuva, há projetos comerciais sendo tocados por mais de 130 comunidades — a maioria na Amazônia — e também em quatro Reservas Extrativistas, sendo duas no Acre, uma em Rondônia e outra no Amapá. A meta é que eles aprendam a sobreviver sem apoio e sirvam de modelo para pequenos produtores de todo o País. ■

